

REABILITAÇÃO URBANA - MINDELO

PATRIMÓNIO DE CABO VERDE

UNESCO - Relatório da missão realizada de 27/11 a 27/12/1980

Paulo Ormino de Azevedo

ESTRATÉGIAS PARA A SUA REABILITAÇÃO

1º SIRUM - Seminário Internacional de Reabilitação Urbana do Mindelo

Carlo Aymerich + José Pessoa + Carlo Atzeni

Walter Rossa + Paulo Ormino de Azevedo



MARÇO 2007

EM CABO VERDE

eCDJ.10

CABO VERDE - A PRESERVAÇÃO DA SUA MEMÓRIA

UNESCO
Relatório da missão realizada de 27/11 a 27/12/80
Paris - Junho de 1981

CABO VERDE - A PRESERVAÇÃO DA SUA MEMÓRIA

UNESCO - Relatório da missão realizada de 27/11 a 27/12/80
Paris - Junho de 1981

INTRODUÇÃO	(17.17)
DA DESTRUIÇÃO À VALORIZAÇÃO	(17.20)
PATRIMÓNIO CULTURAL E O SEU ESTADO ACTUAL	(20.29)
Vestígios arqueológicos e acidentes naturais Conjuntos arquitectónicos urbanos Arquitectura rural	Bens culturais móveis Património documental Bibliotecas
RECOMENDAÇÕES	(29.38)
Organização para a defesa do Património Inventário dos bens culturais Utilizar para preservar	Revitalização dos centros históricos Preservação dos bens móveis Salvaguarda da memória escrita
AGRADECIMENTOS	(39.39)
BIBIOGRAFIA	(39.39)

1. INTRODUÇÃO

Cabo Verde, um arquipélago de dez ilhas situado a 455 km da costa ocidental de África, conquistou a sua Independência em 1975, depois de cinco séculos de colonização portuguesa. Ponto de apoio das rotas marítimas do Atlântico, Cabo Verde transformou-se rapidamente num grande mercado de escravos. Devido à sua localização na zona do Sahel, uma das zonas mais áridas do globo, e ao regime de exploração colonial, grandes contingentes de população vêem-se obrigados a emigrar anualmente para a América e para a Europa, para fugir da fome que, apenas na primeira metade deste século, matou 83.877 pessoas, num país que em 1970 tinha uma população de apenas 272.072 habitantes (Carreira, 1977: 9-10). Os dólares enviados por estes emigrantes aos seus familiares são praticamente a única fonte de divisas do país. A sua economia agro-pastoril é muito prejudicada pelas longas estiagens. A última prolonga-se desde 1967.

A nação cabo-verdiana é o resultado da mistura étnica e cultural de portugueses com mais de vinte nações africanas. A literatura, a arte, a arquitectura e a música de Cabo Verde estão impregnadas de traços culturais africanos e europeus.

A esta altura, poderá perguntar-se qual a importância da valorização do património cultural no processo de reconstrução por que o país está a passar. Não apenas a língua, mas toda a cultura, constitui a expressão da identidade de um povo. Com as lutas pela Independência, o dialecto nacional, o crioulo, foi revitalizado como elemento de afirmação nacional e, portanto, de resistência à colonização. O mesmo processo deve abranger as outras manifestações culturais. A preservação dos valores culturais do passado não pretende cultivar uma ordem social ultrapassada, senão registar a sua superação.

No momento em que todos os recursos disponíveis estão comprometidos na tarefa urgente de reconstruir o país, um programa de preservação do património cultural de Cabo Verde só poderá avançar se contar com a colaboração generosa da comunidade internacional.

Esta primeira missão da UNESCO no campo da preservação dos bens culturais teve como objectivo avaliar o valor dos bens de Cabo Verde e formular sugestões para a elaboração de um plano de valorização do mesmo. A missão realizou-se de 27 de Novembro a 27 de Dezembro de 1980 e permaneceu a maior parte do tempo na ilha de Santiago, mas visitou também as ilhas do Fogo (4 dias), de S. Vicente (4 dias) e de Santo Antão (2 dias).

2. DA DESTRUIÇÃO À VALORIZAÇÃO

Os bens culturais de Cabo Verde nunca mereceram grande atenção da parte das autoridades portuguesas. Em ofício de Maio de 1850, o bispo, D. Patrício Xavier Moura, lamentava o abandono dos monumentos de Santiago. Algumas igrejas e capelas pareciam-lhe cavalariças, cobertas de palha, com chão de terra, sem portas nem reboco. A Ribeira Grande, actual Cidade Velha, com «edifícios quase destruídos e os que restavam cobertos de palha» (Barcelos, Parte V:158-159). Os objectos de prata da sua Sé Catedral foram, nessa época, fundidos e transformados em moeda (Barcelos, Parte VI:22). Os grandes edifícios desabitados eram demolidos e as suas pedras de cantaria enviadas por barco para a Praia (Valdez, 1864:113-4). Nem sequer a Sé foi poupada. Em 1875, o Secretário-geral do Governo solicitava ao bispo autorização para a demolir e para aproveitar o seu material (Brásio, 1960:29).

Esta atitude modificou-se apenas há duas décadas, por ocasião das comemorações dos cinco séculos da descoberta do arquipélago, quando foram feitas algumas obras na Ribeira Grande, ainda que as prioridades e orientações adoptadas nesses trabalhos sejam discutíveis. O Governador de então tinha nomeado um grupo de trabalho presidido pelo Engenheiro Tito Esteves, que começou a reconstrução dos muros da Fortaleza de S. Filipe. Esta e outras obras estavam sob a orientação do arquitecto Luís Benavente que, em missão para o Ministério do Ultramar, foi quatro vezes a Santiago, entre 1960 e o princípio da década seguinte. Na Igreja de N. Sra. do Rosário, foi removida uma grande pedra que rolou sobre uma das suas capelas laterais e reconstruído o torreão existente sobre a mesma. No decurso destas obras, os azulejos quadricentenários que revestiam todo o interior da Igreja foram, inexplicavelmente, retirados para serem substituídos por painéis de azulejos vindos de Portugal, que imitavam os antigos. Perto de 7.000 azulejos originais estão amontoados na sacristia, enquanto que os novos foram mal assentados na nave do templo. A escada helicoidal de pedra que dá acesso à torre ainda está desmontada. A Igreja de N. Sra. do Rosário foi submetida a novas obras em 1978, sob o patrocínio da Caritas, quando alguns revestimentos/rebocos foram refeitos, sem nenhuma orientação técnica.

O terceiro monumento que sofreu uma intervenção foi a Capela de S. Roque, cuja abóbada foi reconstruída em betão armado. O mesmo arquitecto promoveu o envio para Lisboa algumas imagens religiosas da Igreja do Rosário e um quadro datado do fim do século XVII, a fim de serem restaurados. Destas obras apenas conhecemos uma pequena

III

Filme nº 15, pág. 1

Prova A
Sé da Ribeira Grande.
Fotos do Fundo.

Est. XLII. Sobrado na
Ribeira Grande. Idílio
Amaral.

Est. XL. Parede e
fachada da Sé.

Planta da Praia.
(?) de Amaral.

Prova B
Planta da Praia.

Barcelos, Vol. VI.

Prova C
Texto de Idílio Amaral.
Origens e evolução da
Cidade da Praia. pp.
327/334.

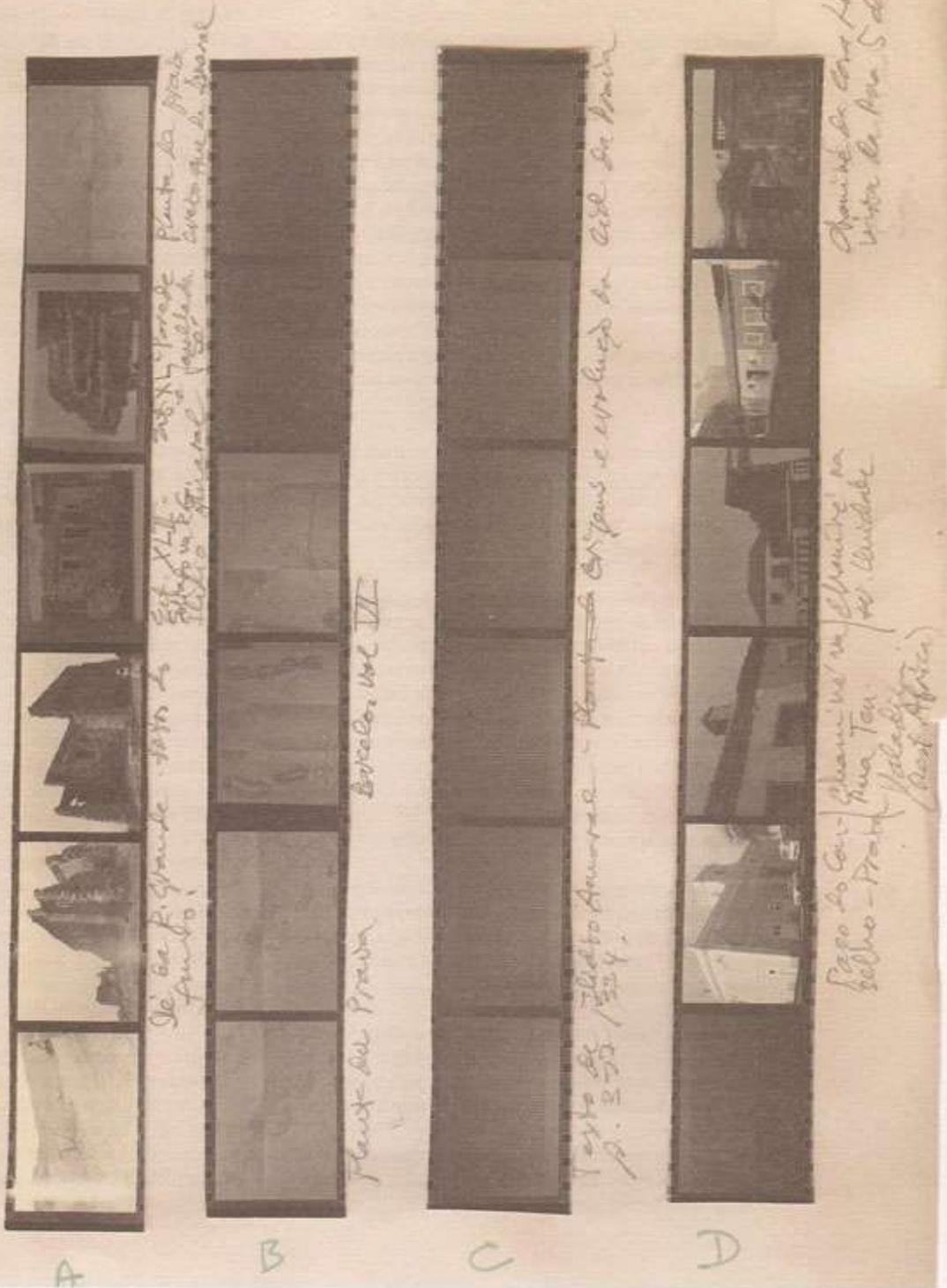
Prova D
Paço do Concelho -
Praia.

Chaminé na Rua
Tenente Valadim
(Restaurante África).

Chaminé na Av.
Unidade.

Chaminé da casa Luar
vista da rua 5 de Julho.

FILME N.º 15



FILME N.º

15



Montepio do
servidores do
Estado de
C. Verde

Ponte de Be-
lém. Telha
dos. Vide un-
iformidade do
pavimento.

Casa de Rua
Amílcar
Cabeal

Casa junto
ao cinema
na Pr. Unida
de C.V.

Funes in
Caveira C.V.
formosa e um
exterior de um
casarão

Chaminé do
sobrado que
se abre para a
Praça 12 de Set-
embro de C. Verde



Casa de Fado de Deus
Tavares Homem
na Rua 5 de Julho
N.º 90 (casa vermelha)
Vide exterior no
filme n.º 5

Pátio interno da Casa
Canga Leão na Pr. 12 de Set-
embro. Vista do
pátio, varanda, etc.

Pátio interno do
Montepio do Estado, na
Praça 12 de Set-
embro



Casa do
Montepio do
Estado. Pro-
jeção do telhado.

Casa do
Montepio do
Estado. Pro-
jeção do telhado.

Palácio do
Montepio do
Estado

Filme n.º 15, pág. 2

Prova E

Chaminé do sobrado
que se abre para a
Praça 12 de Setembro,
defronte de (7).

Funco in Caveira - "C.V.
Formação e Extinção de
uma sociedade
escravocrata.

Casa junto ao cinema
na Av. Unidade Guiné-
Cabo Verde.

Casa à Rua Amílcar
Cabraal.

Ponte de Belém,
Telhados. Vide
uniformidade do (7).

Montepio dos
Servidores do Estado
de Cabo Verde.

Prova F

Pátio interno da casa
do Montepio do Estado.
Há fotos externas.

Casa Leão na Praça 12
de Setembro. Vista do
pátio, varanda, etc.

Casa de Fado de Deus
Tavares Homem na
Rua 5 de Julho, n.º 90
(casa vermelha).
Vista exterior no filme
n.º 5.

Prova G

Interior da mesma casa.

Casa do Montepio dos
Servidores do Estado.

Palácio Presidencial.

III

nota, datada de 8/9/67, com a estimativa do custo dos trabalhos de restauro, que nunca foram realizados. Nem em Lisboa conseguimos obter informações mais concretas. Apesar da realização destas obras, nenhum edifício foi classificado como monumento pelas autoridades portuguesas.

Depois da Independência do país, as autoridades ocuparam-se da questão, apesar da urgência de resolução de outros graves problemas nacionais. Despacho do Sr. Primeiro Ministro, publicado no B. O. nº 51, de 23/12/78, criou uma Comissão Nacional presidida pelo Ministro da Coordenação Económica, e Comissões Locais, presididas por Delegados do Governo em cada Concelho, com o objectivo de promover a defesa, a conservação e o restauro dos monumentos nacionais. Por ocasião da visita do director-geral da UNESCO, o Sr. M'Bow, a Cabo Verde em 1979, o Ministro da Educação e da Cultura formulou o desejo de que a UNESCO enviasse um consultor para orientar a realização de um inventário dos bens culturais do país e a definição de um plano de acção governamental a favor do património cultural. A presente missão é a resposta a essa solicitação.

Vejamos agora em que consiste o património cultural cabo-verdiano e o estado em que se encontra.

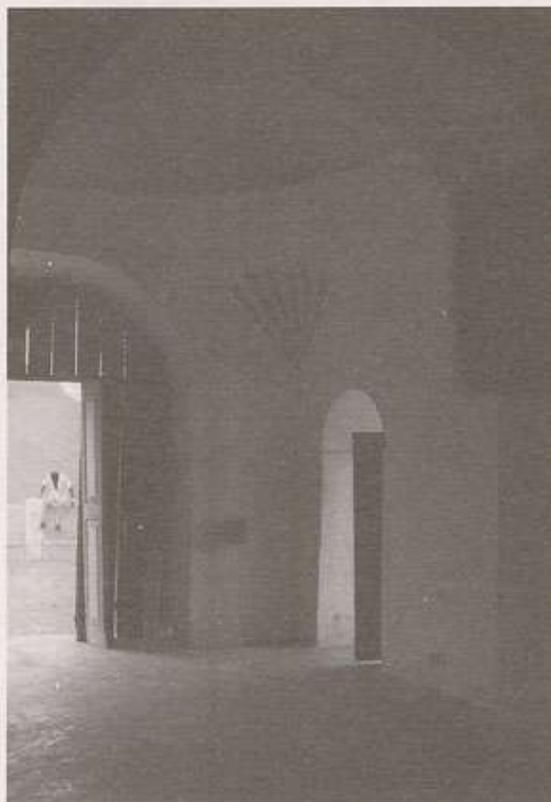
3. O PATRIMÓNIO CULTURAL E O SEU ESTADO ACTUAL

3.1. VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS E ACIDENTES NATURAIS.

Até ao presente, não há indícios de que o arquipélago tenha sido ocupado ou mesmo visitado por grupos humanos, antes da sua descoberta pelos portugueses em 1460. No entanto, existem algumas inscrições rupestres como, por exemplo, a da Janela, Concelho de Paul, na ilha de S. Antão, e a chamada "Rocha Escrivida" na Ribeira da Prata, em S. Nicolau. A primeira apresenta caracteres «berberes» e teria sido obra de escravos negros muçulmanos (Ribeiro, 1954:91). Esta pedra teria sido danificada por caçadores de tesouros que teriam, até inclusive, usado explosivos. Os caracteres da segunda seriam, na verdade, marcas naturais, na opinião de alguns geólogos. O mesmo se diz acerca de supostos «dólmenes» que, segundo Oriando Ribeiro, seriam pedras caídas ao acaso.

Quanto às formações geológicas particulares, devemos falar das crateras do vulcão do Fogo e das grutas de Inhuco, nessa mesma ilha. Como uma reserva natural, a ilha de Santa Luzia e algumas ilhas desabitadas do arquipélago merecem um estudo específico. Lembremos que Charles

Capela de N. Sra. do Socorro.
Calheta de S. Miguel.



Darwin, na sua famosa viagem à volta do mundo, encontrou nesta ilha algumas espécies de répteis que contribuíram para a elaboração da Teoria da Evolução. A introdução de animais domésticos pode ter alterado o seu quadro ecológico.

Algumas paisagens naturais notáveis deverão igualmente ser protegidas como, por exemplo, algumas praias da ilha da Bela Vista e as encostas da montanha da ilha de Santo Antão. Um estudo aprofundado do potencial turístico do arquipélago está a ser realizado, actualmente, por uma equipa francesa.

3.2. CONJUNTOS ARQUITECTÓNICOS URBANOS.

"A noção de monumento histórico compreende a criação o arquitectónica isolada, assim como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não apenas às grandes criações,

mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural", afirma a Carta de Veneza.

Alguns aglomerados urbanos de Cabo Verde conservam "in totu"⁽¹⁾ ou em parte uma unidade e uma escala humana representativas de uma vida urbana que tende a sucumbir sob o congestionamento, a especulação imobiliária, etc. Não é suficiente preservar alguns sobrados urbanos onde os proprietários de terras e os comerciantes prósperos passavam a maior parte do ano, é também necessário preservar as amplas residências dos "remediados"⁽²⁾ e as pequenas casas onde vivem as camadas mais pobres da sociedade. O sobrado explica-se apenas nas pequenas casas urbanas e vice-versa.

Vejamos quais são os centros históricos mais importantes do arquipélago.

RIBEIRA GRANDE, A CIDADE VELHA – A Ribeira Grande, nascida em 1461, foi uma das primeiras cidades portuguesas do ultramar. Ponto de apoio das rotas marítimas do Atlântico, transformou-se rapidamente num centro de comércio escravagista que se estruturou numa cidade fortificada nos primeiros quarenta anos de prosperidade. Em 1512, já possuía uma Câmara e em 1533 foi elevada ao estatuto de cidade, centro do poder civil, militar e religioso. A sua posição estratégica e a sua prosperidade fizeram dela alvo predileto dos piratas a partir do fim do século XVI. Nem uma grande fortaleza como a de S. Filipe, construída depois dos ataques de Francis Drake (1578-1585) conseguiu protegê-la da pilhagem do francês Cossard, que destruiu toda a sua artilharia, em 1712. A mudança de capital, determinada em 1612 pela sua insalubridade e falta de segurança, efectuou-se em meados do século XVIII. O bispo Fr. Pedro Jacintho Valente ao chegar à Ribeira Velha em 1754, vai-se embora no mesmo dia e vai residir em S. Antão, abandonando a Sé monumental, começada dois séculos antes, e o Palácio Episcopal. O Governador Joaquim Salema Saldanha Lobo fez o mesmo em 1769, fixando-se na Praia, por ordem do Marquês de Pombal. Em 1824, o abade D. Fr. Jerónimo tenta revitalizar a cidade, reedificando o Paço Episcopal e construindo um seminário. O seu regresso inesperado a Portugal gorou a tentativa e desencadeou um processo de destruição sistemática da cidade, sendo seus monumentos demolidos, e suas pedras de cantaria transportadas de barco para as obras públicas da Praia (Valdez, 1864:239). Apenas um monumento sobreviveu, a Igreja de N. Sra. do Rosário, com uma preciosa capela lateral gótica valiosa e uma colecção expressiva de imagens religiosas. Por entre as ruínas estabeleceu-se, em casebres de pedra, desde pelo

menos o fim do século XVIII, uma população de pescadores que conservam costumes tipicamente rurais. É esta população que mantém, de alguma forma, a Cidade Velha.

S. FILIPE. – A cidade de S. Filipe situa-se aos pés do vulcão Fogo e a sua origem data do princípio do século XVI; desenvolveu-se na sombra da ilha de Santiago. Em 1513, já tinha seu capitão-mór como chefe e estava dividida entre alguns grandes proprietários. A sua economia baseava-se na produção de algodão, de tecidos e na criação de cavalos, mas estes produtos não podiam ser vendidos a estrangeiros. Em 1680, um terramoto obrigou muitos dos seus habitantes a fugir para a Brava e, um século mais tarde, em 1774, uma grande fome dizimou as populações de Fogo, Maio e S. Nicolau. Até ao segundo quartel do século passado, a cidade de S. Filipe era maior que a capital, Praia, e possuía oito igrejas (Ribeiro, 1954:104). Na transição do século XVIII para o século XIX, a economia de Santiago estava enfraquecida por causa de uma crise dos morgadios e os seus efeitos atingiram também o Fogo.

São Filipe, a mais antiga vila conservada de Cabo Verde está construída em patamares, segundo um traçado irregular, no bordo de uma falésia que se precipita de uma altura de 60m sobre o mar. O seu conjunto arquitectónico é constituído principalmente por sobrados com balcões sobre a rua e com grandes varandas abrindo-se para o pátio. A cidade possui actualmente cerca de 4000 habitantes. O seu centro histórico pode ser definido como a zona compreendida entre a Rua do Bar Dade, o mar e a duas ribeiras que delimitam a vila.

PRAIA – A cidade da Praia, ainda que originária do século XVI, começou a desenvolver-se só a partir de 1770, quando se tornou a sede dos governos civis e militares do arquipélago, por determinação do Marquês de Pombal. Apenas vinte anos depois, sob a administração do Governador Marcelino António Bastos, a cidade teve a sua primeira rua cordoada e as suas casas cobertas de telhas. No entanto, o grande renovador da Praia foi o Governador João da Mota Chapuzet (1822-26) que ordenou a pavimentação e o alinhamento das ruas segundo um tabuleiro de xadrez, telhar e cair as casas. Os marcos de pedra de alinhamento das ruas ainda se conservam na parte norte da cidade. Chapuzet também transferiu o "passeio"⁽³⁾ feito pelo Governador Pusich para o vale situado na parte oeste da cidade. Em 29/04/1858, a Praia recebe o título de "Cidade da Praia de Santiago" e importantes obras públicas são empreendidas com a ajuda de um imposto especial de 3% sobre todas as importações e exportações.

Filme nº 8, pág.1

Prova A
Vila Dade

Pequeno pátio com escada exterior para o primeiro andar.

Monte Baixo - vários fogos.

Prova B
Vila Dade da família Brandão (não é velho).

Cerco Grande. Duas alas. As laterais parecem quatro noras.

Cerco Grande. Pátio vendo-se sistema recoberto por abóbada.

Prova C
Serrado - Pertence a Abílio Macedo. Varanda

Serrado. Pátio do fundo.

Cozinha.

Moinhos de milho (grande) e café (pequeno).

Serrado. Fachada principal.

Prova D
Serrado. Armazéns. Pátio.

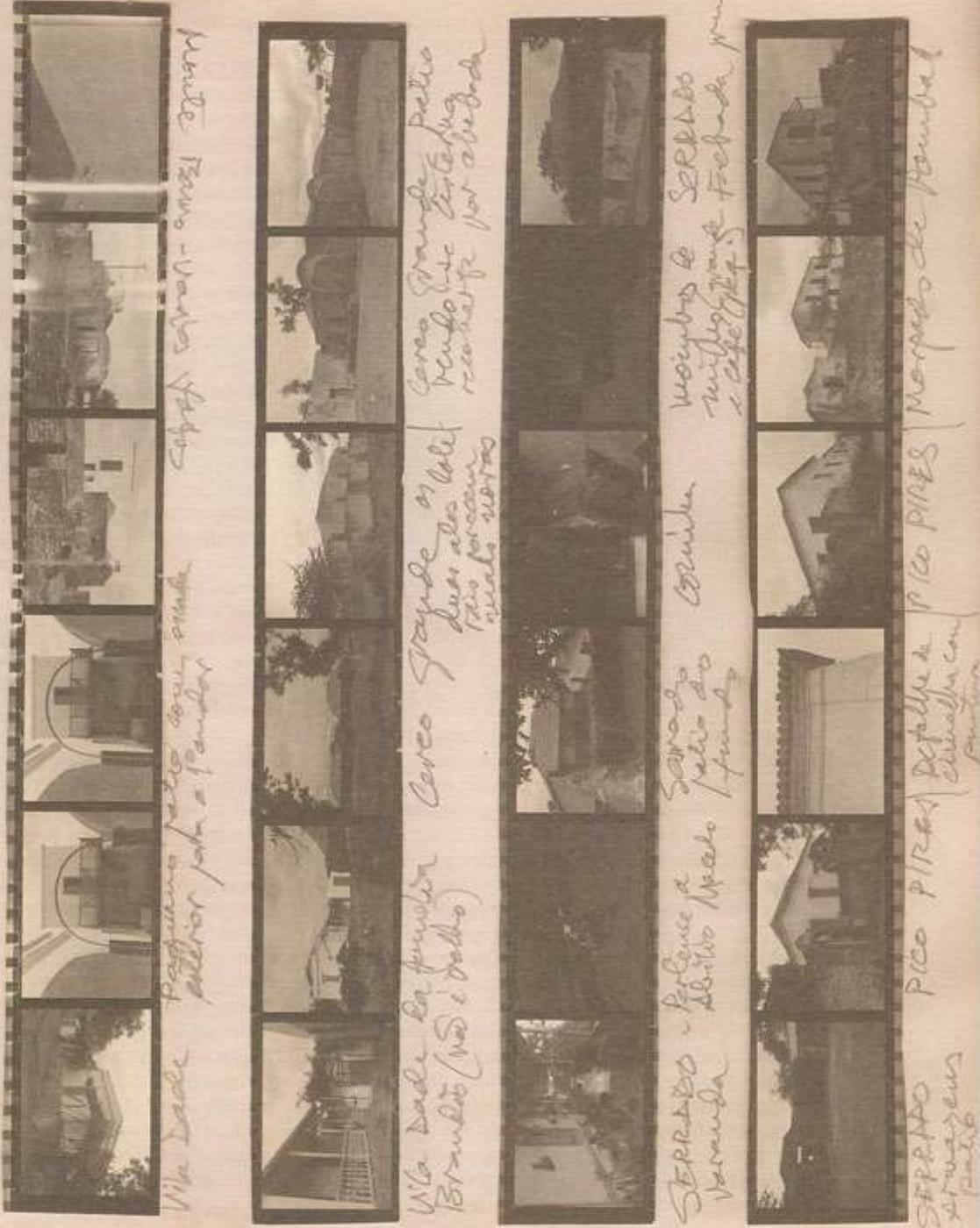
Pico Pires.

Detalhe da cimalha com pintura.

Pico Pires.

Morgado de Pombal.

FILME Nº 8



A B C D

0501 04 45-1

2) **FILME Nº 8**



Capela de S. Fortunado no Fogo (pa de S. Filipe)

Sobrado também no Alto de S. Pedro (pa de S. Filipe)

Sobrado à Praça de S. Filipe



Sobrado também no Alto de S. Pedro (pa de S. Filipe)

Rua de Baixo (pa de S. Filipe)

Sobrado com 3 andares na antiga Praça de S. Filipe

Sobrado com 3 andares na antiga Praça de S. Filipe

Sobrado com 3 andares na antiga Praça de S. Filipe

Sobrado com 3 andares na antiga Praça de S. Filipe



Banco de Cabo Verde

Sobrado com balcão em treliça situado no espaço abaixo da Praça do Presídio

Filme nº 8, pág. 2

Prova E
Capela de S. António no Fogo (pa de S. Filipe)

Cidade de S. Filipe: Sobrado à praça de Loja Floriano.

Sobrado rosa e amarelo na praça.

Sobrado com platibanda na Praça do Caminho do Cavalo, em Alto de S. Pedro.

Sobrado amarelo na mesma praça do Caminho do Cavalo. Ampla varanda no fundo: Teria pertencido aos proprietários do serrado (?).

Prova F
Sobrado também no Alto de S. Pedro. O pátio talvez seja uma imitação da Prefeitura.

Rua de Baixo, Sobrado de Fortunato Gomes de Pina.

Fundo do mesmo edifício.

Sobrado com 3 andares na antiga Praça de S. Filipe. Pertence a Ubaldo Santos.

Casa vizinha com larga varanda para o fundo. Foi reformada (?) em 1941.

Conjunto da Rua de Baixo. Em 1º plano o sobrado de Fortunato Gomes de Pina.

Prova G
Banco de Cabo Verde.

Sobrado com balcão em treliça situado no espaço abaixo da Praça do Presídio.

III

Com estes recursos foram também executadas as obras dos cais da Praia Negra e o saneamento dos vales insalubres que contornavam a cidade. A partir de 1862, os administradores municipais procuravam disciplinar as novas construções definindo os materiais de construção, as alturas das fachadas, etc.

A cidade da Praia sofreu uma grande expansão na última década, sobretudo depois da Independência, devido ao desenvolvimento do sector terciário. Actualmente, a cidade desenvolve-se a uma taxa anual de 5% (Jeannerot et al., 1980) e possui uma população de perto de 40.000 habitantes. O seu centro histórico, que corresponde à cidade da segunda metade do século XIX está perfeitamente delimitado por barreiras naturais, as falésias do "plateau". A expansão deste século ocorreu nos vales e "achadas" que cercam a cidade tradicional. A Praia apresenta quarteirões inteiros de casas praticamente inalteradas e construções isoladas de grande mérito, datando em geral de meados do século XIX. Apenas um edifício de sete andares - Galerias Praia - fere o perfil da cidade. Segundo o que pudemos verificar, a Municipalidade não pretende aprovar novos edifícios com mais de quatro andares.

MINDELO - O porto principal de Cabo Verde, Mindelo, é uma cidade relativamente nova. Em 1819 não havia mais de 120 pessoas em toda a Ilha de S. Vicente, na maioria pastores. A povoação teve vários nomes, N. Sra. da Luz, D. Rodrigo, D. Leopoldina, antes do actual. Em 1838, o Visconde de Sá e Bandeira decidiu fundar naquele lugar uma localidade com o nome de Mindelo, tendo a intenção de transferir para ali a capital do arquipélago. Portaria Régia desse mesmo ano ordenava que o plano da povoação deveria ser regular. Mas a povoação só começou a estruturar-se somente a partir de 1852, quando o Governador Fortunato José Barreiros ordenou a construção do forte de defesa do seu porto, designou locais para a casa do Governador, o quartel, a alfândega, a Câmara Municipal, a prisão e duas praças públicas, e criou um imposto especial para a realização dessas obras. No dia 29/4/1858 a localidade foi efectivamente elevada à categoria de cidade, ainda que tenham continuado a faltar-lhe edifícios públicos.

A cidade actual tem quase 40.000 habitantes. Procurámos delimitar o seu centro histórico no mapa anexo. A sua arquitectura caracteriza-se pelo grande número de "mansardas", uma influência tardia da Lisboa Pombalina.



3.3. A ARQUITECTURA RURAL.

O meio rural de Cabo Verde apresenta três tipologias arquitectónicas de base: as grandes casas de morgadios e os seus anexos, as capelas rurais e os conjuntos de casas populares.

OS MORGADIOS - Nas ilhas de Santiago e do Fogo, desde os primeiros anos de colonização, foi implantado o regime feudal de exploração da terra. Este regime de produção provocou a criação de conjuntos arquitectónicos típicos, constituídos por uma casa grande, frequentemente com dois andares, tendo, ao fundo, à volta de um ou de mais pátios (3), anexos de serviço, tais como: cozinha, arrecadação, cavalariça, cisterna, para além da capela.

Os morgadios, mesmo antes da extinção dos vínculos hereditários da terra (1864) e da escravatura (1875), que marcam uma nova fase da evolução socio-económica do arquipélago, estavam já em decadência. Com a ruína dessas famílias e o regresso dos seus últimos representantes a Portugal, as suas propriedades, salvo algumas excepções, encontram-se abandonadas e em processo de arruinamento. Podemos citar, entre outros, os seguintes morgadios em Santiago: Fazenda Engenho, Achada Leitão de Baixo, Faveta, Várzea Grande e Serrado. No Fogo restam: Maria Chaves, Serrado, Pico Pires, Monte Barro, Pombal, Cerco Grande, Brandão, etc. O escritor Teixeira de Souza recriou num romance conhecido a saga destas famílias, no Fogo.

CAPELAS – Na zona rural de Cabo Verde, encontramos capelas e igrejas perdidas nos campos. As mais importantes encontram-se, sem dúvida, na ilha de Santiago. A igreja de N. Sra. da Luz, em Alcatrazes, antiga sede da capitania do Norte, por exemplo, data do século XV e conserva traços góticos. Embora em ruínas, ainda pode ser recuperada. Uma outra da mesma época, ou um pouco mais recente, é a igreja de N. Sra. da Boa Esperança, na Ribeira da Prata. Os franciscanos portugueses da Província da Piedade construíram, a partir de meados do século XVII, interessantes capelas recobertas com abóbadas e cúpulas, como as de N. Sra. das Graças, em Chão de Tanque; N. Sra. do Socorro, na Calheta de S. Miguel; N. Sra. da Conceição, na Ribeira dos Flamingos. Outras com a mesma origem, como as de N. Sra. da Nazaré, na Ribeira da Praia Formosa, e a de N. Sra. do Ó, de Ponta Verde, já desapareceram.

Do século XVIII restam algumas capelas interessantes tais como a da Trindade, da primeira década do século, com planta e cúpula octogonais, e a de N. Sra. de Fátima, datada de 1755, construídas em terras pertencentes ao morgadio de Santa Cruz, instituído por Fernando Fiel de Lugo, no princípio do século XVI.

Algumas destas capelas, situadas à beira de arribas, sofrem de problemas de mecânica dos solos, provocados pela erosão durante o período das chuvas torrenciais. As igrejas de N. Sra. da Luz, de N. Sra. das Graças e de N. Sra. da Conceição, já referidas, estão nestas circunstâncias.

No Fogo, uma capela lendária de N. Sra. do Socorro, objecto de uma grande devoção popular, merece ser preservada.

AS CASAS POPULARES – Os pequenos aglomerados rurais de Cabo Verde reúnem casas com uma arquitectura excelente. Quanto aos materiais, elas apresentam, sempre, paredes de pedra seca e telhados de palha. Quanto aos modelos, dividem-se em dois tipos de origem diversa: os "funcos" e as casas rectangulares.

Os "funcos" são casas de planta circular, sem divisões internas, de origem africana. A sua origem prova-se pela



etimologia do termo e pelo facto de se difundirem na zona de maior densidade de escravos do período colonial: as ilhas de Santiago, do Fogo e de Maio.

Até à década de 40, todo o bairro de Fonti-Lexo na vila de São Filipe, no Fogo, era constituído de habitações deste tipo. Hoje, o "funco" está em extinção e encontra-se apenas nos pontos mais afastados da "civilização". Mais frequentes são os "funcos" com a função de cozinha ou "arrecadação"⁽⁴⁾ em casas comuns. Os últimos "funcos" devem ser salvos, por constituírem um dos testemunhos mais representativos de uma das vertentes da cultura cabo-verdiana.

O desaparecimento do "funco" está relacionado com difusão da casa rectangular, mais ampla, mais cómoda e melhor iluminada. A maioria dos autores atribui-lhe uma origem portuguesa, ainda que haja casas rectangulares em África. São casas divididas em dois compartimentos – sala e quarto –, cobertas por um telhado de quatro ou duas águas, com um pátio ao fundo, onde se cozinha, se toma banho e se criam animais. Essas funções são, muitas vezes, reunidas num segundo pavilhão no fundo do pátio. Alguns conjuntos destas casas merecem igualmente ser preservados. Existe um conjunto muito interessante deste género, por exemplo, na Cidade Velha.

Filme nº 6, pág.1

Prova A

Achada Leitão Baixo. Propriedade que pertenceu a Tavares Homem. Pátio.

Igreja de Assumada. Santa Catarina.

Igreja da Graça. Chão de Tanque.

Prova B

Igreja da Graça. Chão de Tanque.

Interior da Igreja da Graça. Chão de Tanque.

Prova C

Capela de N. Sra. da Graça

Casa em Chão de Tanque. Talvez sede de morgado.

Sítio do Colégio. Casa nora em Santo Domingo.

Fundo da casa do Sítio do Colégio. Ruínas primitivas.

Casa nova do Sítio do Colégio. Santo Domingo.

Prova D

Casa de Joaquim Ribeiro - Várzea Grande, Picos.

Casa de Joaquim Ribeiro - Várzea Grande, Picos.

Interior da mesma casa.

FILME Nº 6



A

Igreja de Assumada - N. Sra. da S. Catarina - Chão de Tanque

Achada Leitão Baixo - Prop. que pertenceu a Tavares Homem - Pátio



B

Interior da Igreja da Graça em Chão de Tanque

Ig. de N. Sra. da Graça - Chão de Tanque



C

Casa em Chão de Tanque - Talvez sede de morgado - Fundo da casa do Sítio do Colégio - Ruínas primitivas - Casa nova do Sítio do Colégio - Santo Domingo



D

Casa de Joaquim Ribeiro - Várzea Grande - Picos - Interior da mesma casa

FILME Nº 6



11

Interior de Faveta

Casa de Penha de Domingos Semedo
Faveta (Picos?)
comércio
Parlaram no final de XIX e início do século a Marques Ferreira, que era comandante da marinha mercante.



12

Faveta vista de longe
Engenho - Pátio
fachada principal
Trapiche de formanhos, atualmente não foi usado. 12 tachos hoje apenas 6 funcionam.



13

Formanhos visto de baixo

Filme nº 6, pág. 2

Prova E
Casa de Penha de Domingos Semedo.

Faveta (Picos?).
Pertenceu no final do séc. XIX e início do XX a Marques Ferreira, que era comandante da marinha mercante.

Prova F
Faveta vista de longe.

Engenho - Pátio.
Fachada principal.

Trapiche de eixo horizontal em engenho.

Formanhos, anteriormente (?) 12 tachos. Hoje apenas 6 funcionam.

Prova G
Formanhos vistas de baixo.

III

3.4. BENS CULTURAIS MÓVEIS

TECIDOS – A verdadeira arte do arquipélago são os tecidos. A técnica dos famosos “panos de obra”⁽⁵⁾ foi introduzida em Cabo Verde pelos escravos da Costa da Guiné.

Os tecidos cabo-verdianos tornaram-se rapidamente famosos pela qualidade de execução e pela variedade dos modelos. Em 1878, apenas no Fogo, havia 950 tecelões, fiandeiros e rendeiros, quase seis vezes mais que outros “oficiais mecânicos”⁽⁶⁾ (Ribeiro, 1954:102). A maior colecção destes panos, que serviam de moeda em trocas comerciais com os povos de África, encontra-se no Museu Etnográfico do Ultramar, em Lisboa. A este propósito consultar: Carreira, *Panaria Caboverdiana-Guineense e A urzela e o pano de vestir, dois produtos de exportação das ilhas de Cabo Verde*. Encontram-se dispersos pelo arquipélago numerosos tecidos e teares antigos fora de uso.

PINTURAS – Os pintores cabo-verdianos são pouco conhecidos. Entre eles, o mais famoso é Simplício Rodrigues de Brito, nascido em São Nicolau, na segunda metade do século XVIII, e que emigrou para Lisboa e se fixou depois no Rio de Janeiro, onde adoptou o sobrenome Sá. Ali, foi aluno, assistente e substituto do pintor Jean Baptiste Debret, na Academia Imperial das Belas Artes e retratista oficial da Família Real. A sua obra encontra-se nos museus brasileiros (Pontual, 1969:466) e portugueses. Terão existido outros pintores, pois há vestígios da existência de pinturas murais em algumas capelas como, por exemplo, a de S. André e na Fazenda Engenho, em Santiago (Amaral, 1964:192-3).

Entre o século passado e o actual, um alemão, Köennig, que vivia no Fogo, pintou murais na grande casa de morgadio de Maria Chaves e na casa urbana desta mesma família Henriques (Souza, 1958:2-8). Nos altares laterais da catedral da Praia existem duas telas de tamanho considerável, uma delas assinada em Milão, em 1902, por S. Maldarelli.

Na igreja de N. Sra. da Luz do Mindelo, uma tela do princípio do século serve de fundo ao altar principal.

Sabemos igualmente, que uma tela da Santíssima Trindade, originária da Cidade Velha, presumivelmente do fim do século XVII, teria sido enviada para Lisboa a fim de ser restaurada, no princípio da década de 1960, mas não a conseguimos localizar.

IMAGINARIA – À medida que as igrejas e as capelas da Cidade Velha se arruinavam, as suas imagens religiosas foram conservadas na igreja de N. Sra. do Rosário. Este é, praticamente, o único património de arte religiosa que sobrou no arquipélago. Ainda que pequeno, é valioso.

No princípio da década de 1960, sob a iniciativa do arquitecto Luís Benavente, do Ministério do Ultramar, muitas destas imagens religiosas foram enviadas para Lisboa para aí serem restauradas. Não se sabe exactamente quantas imagens foram enviadas e quantas voltaram restauradas. Na verdade, quando da Independência, muitas imagens no seu estado original foram encontradas nos armazéns do Ministério dos Trabalhos Públicos, não se sabendo se elas não teriam chegado a ir para Portugal ou se foram devolvidas sem serem restauradas. Estas imagens, algumas delas excelentes, encontram-se hoje no sótão ou noutras dependências do Seminário da Praia, sem beneficiarem dos cuidados necessários.

Outras igrejas visitadas não conservam imagens religiosas de valor. Excepção feita às imagens de S. João Baptista (madeira policromada) e de N. Sra. da Luz (marfim), das Igrejas com o mesmo nome, em Santiago. Esta última está, hoje, conservada na sede do Arcebispo na Praia. Na igreja de N. Sra. da Luz, no Mindelo, encontramos também três belas imagens: duas da Virgem e a terceira do Sr. dos Passos.

Os retábulos de talha dourada também desapareceram, ainda que tenhamos encontrado fragmentos de antigos altares maneiristas da Ribeira Grande no sótão do seminário da Praia. Talvez um único retábulo tenha sido conservado, o da Ribeira Brava, em S. Nicolau, que não pudemos visitar. Esta igreja foi reedificada entre 1888 e 1898 e a sua capela-mor foi decorada com mosaicos e com um altar feito em Braga (Silva, 1898:108-10).

Alguns retábulos de cantaria são muito interessantes, como o da Capela da Trindade em Santiago, que conserva vestígios da sua pintura original. Na Capela de N. Sra. da Penha de França, em S. Antão, há também um pequeno altar deste tipo. Provavelmente existem outros do género. As esculturas de pedra actualmente depositadas no chão da Igreja da Sé, da Ribeira Grande, reforçam esta hipótese.

ALFAIAS E ARTE DECORATIVA – Quando D. Frei Pedro Jacintho Valente foi transferido para o arcebispo de S. Antão, em Fevereiro de 1755, ordenou que retirassem alfaias da Mitra (Barcelos, Parte III:19-21). As peças maiores devem ter ficado na Cidade Velha, pois em 1855, por estar a Sé Catedral em ruínas, e o seu Capítulo desorganizado, diversas peças de prata foram fundidas para serem transformadas em moeda, a fim de responder às dificuldades dos cofres públicos. Da relação constam vários lustres e candelabros, uma coroa e uma cruz, o conjunto pesando

12.976 "oitavas" (Barcelos, parte VI, p.22). Também neste caso pouca coisa sobrou. O maior destaque é um cálice de ouro que se encontra na igreja da Ribeira Brava, em S. Nicolau.

Um documento importante para compreender o que restava ainda da arte religiosa no princípio deste século, é o inventário de 1913 dos bens pertencentes à Igreja, realizado por causa da separação da Igreja e do Estado. Este livro está guardado na Direcção-Geral das Finanças.

Cabo Verde, ponto obrigatório da rota marítima entre o Ocidente e o Oriente, deve ter possuído excelentes exemplares de arte decorativa trazida pelas grandes companhias mercantis. Os últimos exemplares de porcelana, cristais e prata coleccionados pelos descendentes dos antigos morgadios, como os Tavares Homem e os Henriques, foram levados para Portugal no meio da década de 1960, quando estes se retiraram definitivamente do arquipélago. Na mesma época, a mulher de um Inspector Administrativo do governo português comprou muita porcelana e prata que levou com ela para Angola, para onde o seu marido foi transferido. Algumas peças devem ter sobrado e encontram-se dispersas pelas ilhas.

ARTEFACTOS – Ainda que não estejam classificados como obras de arte, os objectos manufacturados são testemunhos importantes da cultura material de um povo. Muitos destes objectos estão em vias de desaparecimento, sem que haja registo deles. Como toda a cultura cabo-verdiana, uma parte destes objectos é de origem africana, a outra de origem europeia. Entre outros, deveriam ser preservados exemplares de:

Instrumentos de produção	trapiches de açúcar, tachos de cobre, bombas de vento, teares, etc.
Meios de transporte	"barquinhos", carros de bois, embarcações típicas
Utensílios domésticos	potes, pratos e "pindes" de cerâmica, "singais", cestos e balaços de caniço e esteiras de palha, moinhos, pilões e mós
Instrumentos Musicais	batuques, berimbau, "cimboas" e rebecas
Jogos	banco de urim

3.5. PATRIMÓNIO DOCUMENTAL

Uma grande parte da documentação escrita sobre Cabo Verde foi destruída e aquela que resta está em parte dispersa e em perigo.

ARQUIVOS DA ALFÂNDEGA – Em 1818, as autoridades portuguesas seleccionaram os documentos que lhes

pareciam mais interessantes e enviaram-nos para Lisboa, queimando o restante, para não haver indícios do comércio humano que tinham praticado durante séculos.

Uma documentação muito importante sobre o tráfico e escravos desapareceu assim. A documentação actual é posterior a esta data.

ARQUIVO NOTARIAL DO FOGO – Este arquivo, que conservava documentos a partir do século XVII, foi em grande parte destruído, desaparecendo mais de 100 livros, em data não muito remota.

ARQUIVOS DOS SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO CIVIL – Esta é a colecção documental mais importante que se pode encontrar em Cabo Verde, ainda que esteja depositada, com outros livros da antiga biblioteca, num armazém do Ministério dos Trabalhos Públicos, na Praia Grande, sem a mínima segurança. Este arquivo inclui perto de 900 volumes e correspondência oficial trocada com Lisboa e cerca de 280 caixas de diversos documentos a partir do século XVII. O Padre António Brásio escreveu um artigo sobre esta colecção, em 1960, na "Revista de Cabo Verde". A revista "Claridade" dá-nos também informações sobre estes arquivos, no seu número 6.

Outros arquivos civis pouco conhecidos são os do Tribunal Judicial e os das Conservatórias dos Registos das Regiões do Sotavento e Barlavento.

ARQUIVOS ECLESIAÍSTICOS – A documentação religiosa foi ainda mais delapidada. Conserva-se apenas a documentação posterior a 1942. Em 1754, o bispo D. Pedro Jacinto Valente transfere-se, intempestivamente, para Santo Antão, mandando vender a mobília e os livros da biblioteca do Palácio Episcopal da Ribeira Grande (Barcelos, Parte III:19-21). O Bispado foi depois transferido para São Nicolau e, em 1942, fixou-se na Praia. Quando da sua última transferência, toda a documentação ficou no Seminário de São Nicolau e teria sido destruída pela ordem religiosa que ocupou aquelas instalações, segundo se afirma. Infelizmente não pude verificar tal afirmativa. Os livros de baptismo foram salvos porque incorporados ao Registo Civil, em 1917, ano em que se efectiva, em Cabo Verde, a separação da Igreja e do Estado.

3.6. BIBLIOTECAS

A primeira biblioteca pública de Cabo Verde foi ensaiada, sem sucesso, em 1811 (Barcelos, Parte III:230). A segunda iniciativa deste género data de 1871 (Amaral, 1964:232). Esta biblioteca sobreviveu até ao presente na Praia, ainda que transformada depois da Independência no actual

III

Filme nº 3, pág.1

Prova A

Igreja de N. Sra. da Conceição. Conselho de S. Cruz. Terá sido em Morgado dos Silva. Túmulo de 1849.

Casa que pertenceu aos mesmos proprietários. Freire de Andrade. Há data de 1841.

Prova B

Pequeno porto.

Casa no campo.

Igreja de N. Sra. da Luz, uma das mais antigas das ilhas. O local é Alcatrazes. Pertenceu a Diogo Afonso que nunca esteve no local.

Prova C

Azulejos da Igreja de N. Sra. da Luz caídos no precipício.

Igreja de N. Sra. da Luz.

Casas populares na estrada próxima a Tarrafal.

Prova D

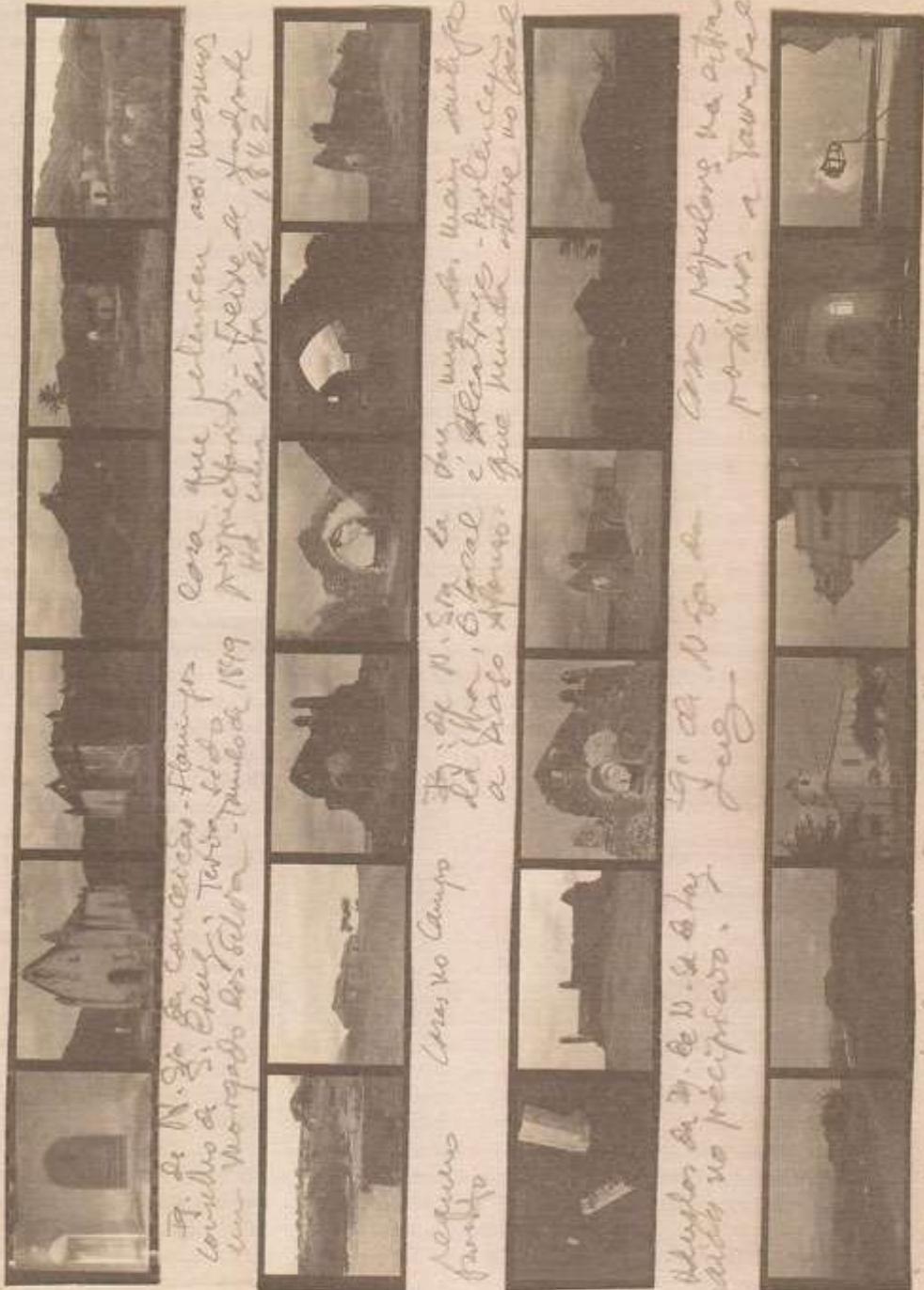
Igreja de Tarrafal. Deve ser do início do século ou foi reformada.

Interior da mesma igreja.

Lampião em Tarrafal.

FILME Nº

3



*Ig. de N. Sra. da Conceição - Flamingo
Lombos de S. Epul. Terão sido
em Morgado dos Silva - Túmulo de 1849*

*Pequeno porto
Casa no campo
Ig. de N. Sra. da Luz, um dos mais antigos
da ilha, Alcatrazes e Diogo Afonso - Populões
a Cabo Afonso. Que nunca esteve no local*

*Ig. de N. Sra. da Luz
Casas populares na estrada
próxima a Tarrafal*

*Ig. de Tarrafal
Deve ser do início do século
ou foi reformada*

A

B

C

D

FILME N.º 3



Lançamento
 Tarrafal
 Igreja de Tarrafal
 Vista de C. Verde
 Capela de N. Sra. da Boa Esperança
 Ribeira da Prata
 Casa popular
 Rua da Prata
 Ribeira da Prata



Rua da Prata
 Igreja de Tarrafal
 Vista de C. Verde
 Capela de N. Sra. da Boa Esperança
 Ribeira da Prata
 Casa popular
 Rua da Prata
 Ribeira da Prata



Casa n.º 10 da rua
 Unidade Guiné-Cabo Verde
 Fachada e pátio - PRATA

- Filme n.º 3, pág. 2
- Prova E**
Lançamento em Tarrafal
- Igreja de Tarrafal vista de costas.
- Capela de N. Sra. da Boa Esperança, Ribeira da Prata.
- Casa popular em Ribeira da Prata.
- Interior da Igreja de N. Sra. da Boa Esperança. Arco cruzeiro em cantaria tipo Alifé.
- Prova F**
Rua perto de Tarrafal. Casas isoladas
- Casa com cobertura de madeira.
- Porto de Tarrafal.
- Vista interna de um telhado em (?).
- Casa junto à estrada em Tarrafal.
- Chelet na esquina da rua dos (?), e Unidade Guiné-Cabo Verde. Praia.
- Prova G**
Casa n.º 10 da rua Unidade Guiné-Cabo Verde. Fachada e pátio. Praia.

III

Centro de Documentação. As suas instalações são insuficientes e uma grande parte dos seus livros encontra-se hoje amontoada nos armazéns do Ministério das Obras Públicas, na Praia Grande. O Mindelo também possui uma biblioteca municipal que actualmente está fechada ao público.

4. RECOMENDAÇÕES

4.1. ORGANIZAÇÃO PARA A DEFESA DO PATRIMÓNIO

Como já vimos, a primeira iniciativa concreta neste sector data de 1978, com a criação de uma comissão ministerial para a defesa, conservação e restauro dos monumentos nacionais. A função principal desta comissão deveria ser, no nosso entender, promover a institucionalização da preservação do património cultural no país.

Neste sentido, a primeira medida a adoptar é a elaboração de uma legislação específica. Para facilitar esta tarefa, anexamos a este relatório cópias de legislações básicas adoptadas em alguns países que possuem grandes patrimónios naturais e culturais (*). No entanto, a existência de uma legislação de protecção dos bens culturais não assegura, por si só, a sua preservação. As medidas de natureza legal devem ser completadas com medidas administrativas e técnicas.

A salvaguarda efectiva do património de uma nação exige uma organização mínima, capaz de identificar, de catalogar e de classificar os monumentos, de os conservar e restaurar. Estas funções devem ser exercidas por profissionais especializados. Na maioria dos países estes serviços estão subordinados aos Ministérios da Educação e da Cultura e contam com orçamentos compatíveis com as suas atribuições.

É fácil compreender que, para um país que tem tão grandes problemas estruturais, os recursos disponíveis para um programa desta natureza serão assaz diminutos. Isto exigirá uma estratégia de acção que poderia ser resumida nos seguintes pontos:

- 1) atrair a cooperação internacional e bilateral no sector dos bens culturais;
- 2) procurar utilizar uma parte dos recursos destinados à construção de novos edificios na recuperação dos monumentos e na sua conversão em novas funções;

- 3) realizar campanhas populares para a recuperação dos monumentos comunitários e adopção de incentivos para motivar os proprietários privados a conservar os seus monumentos.

As prioridades de acção deverão basear-se num inventário, ainda que rápido, de todos os monumentos nacionais e das suas condições de conservação. Vale a pena lembrar que, perante a escassez de recursos, é preferível estabilizar um maior número de monumentos relativamente pouco danificados e reintegrá-los no uso social do que realizar o restauro de um ou dois grandes monumentos. As reconstruções são hoje em dia inteiramente condenadas. Para além do seu custo excessivo, falta-lhes autenticidade. Nestes casos, aconselhamos que as ruínas sejam consolidadas mas não completadas.

Quanto à formação de quadros especializados, existem alguns centros internacionais que oferecem cursos de pós-graduação para arquitectos, artistas plásticos, bibliotecários, etc. Dentro deles o mais reputado e diversificado é, sem dúvida, o *International Center for the Study of Preservation and the Restoration of Cultural Property - ICCROM*, mantido pela UNESCO, em Roma, Itália. Convém notar que, sob a coordenação de alguns técnicos bem treinados, poder-se-ia mobilizar o contributo de outros profissionais não especializados, tais como historiadores, arquitectos, pintores, mestres-de-obras e artesãos.

4.2. INVENTÁRIO DOS BENS CULTURAIS

O primeiro passo na preservação da memória de um povo é identificar e catalogar todos os seus bens culturais, móveis e imóveis. Quanto aos objectivos, os inventários podem ser classificados em três tipos:

- a) inventários de identificação;
- b) inventários de protecção;
- c) inventários científicos ou académicos.

Na realidade, trata-se de três níveis de aprofundamento do conhecimento do património de um país. O primeiro é uma simples lista dos bens culturais, que os caracterize claramente. Por inventários de protecção entende-se a reunião de dados necessários e suficientes para a protecção dos bens culturais. É indispensável ter dados que permitam, não apenas a identificação e a localização, mas também a avaliação do estado de conservação de cada bem. Dados sobre a tipologia, a história e a técnica de execução dos bens são desejáveis, mas não indispensáveis. O terceiro

Casa em Chão de Tanque.
(Paulo Ormindó, 1980).

Igreja
de S. Catarina.
Assumada.
(Paulo Ormindó, 1980).

nível visa o conhecimento aprofundado dos bens com propósitos académicos.

A maioria dos países está, hoje em dia, empenhada na realização de inventários de protecção, devido aos seus efeitos práticos. Para permitir a comparação dos resultados e possibilitar a cooperação a nível europeu, o *Conseil de Coopération Culturel d'Europe* realizou uma reunião em Palma de Maiorca, em 1965, com o objectivo de uniformizar as fichas de "monumentos" (8) e de "sítios" (9). Partindo desta experiência, numerosos países estão elaborando inventários de protecção usando metodologias semelhantes, como o Brasil (**). Contudo, a realização de um inventário de protecção requer uma infra-estrutura mínima. Devido à inexistência de uma organização e de quadros especializados, seria aconselhável, no caso de Cabo Verde, realizar numa primeira etapa um inventário de identificação, utilizando o pessoal disponível, sob a orientação de um arquitecto sensível ao problema, mas não necessariamente especializado. Neste relatório procurámos definir o universo a ser inventariado e chamar a atenção para manifestações culturais pouco valorizadas numa visão académica e elitista de cultura.

4.3. UTILIZAR PARA PRESERVAR

A História mostrou que, dos monumentos da Antiguidade, apenas aqueles que beneficiaram de uma utilização social contínua chegaram até nós. Mais vale o uso social que intervenções de restauro esporádicas. Não seria exagerado afirmar que o mau uso de um edifício é preferível ao seu abandono.

"A conservação dos monumentos impõe, acima de tudo, uma constância de cuidados" (Carta de Veneza). O restauro é um recurso correctivo, um mal menor, utilizado apenas quando o monumento atinge um grau de deterioração irreversível. Um programa de preservação dos monumentos está, portanto, inevitavelmente ligado à utilização social destes. Se esta condição não for respeitada, as obras realizadas perder-se-ão em pouco tempo.

No caso dos imóveis/prédios urbanos, uma política a seguir seria a de adquirir e instalar nos monumentos abandonados ou deteriorados equipamentos comunitários, especialmente de carácter cultural e/ou administrativo.

No caso específico da Praia, poderia ser efectuada uma campanha junto das embaixadas e dos consulados estrangeiros para que adquirissem e restaurassem



monumentos para os seus serviços. Deve ficar claro, no entanto, que estes edifícios estão sujeitos à inspecção das autoridades competentes e alguns espaços deverão ser abertos ao público periodicamente.

No que diz respeito às construções rurais, muitos edifícios que estão actualmente subutilizados ou abandonados, como, por exemplo, pequenas igrejas e capelas, poderiam ser recuperados para abrigar salas de aula, sem prejuízo do seu uso religioso. Edifícios maiores, tais como as grandes casas dos morgados, hoje desocupadas, como as de Achada Leitão de Baixo, em Santiago, Maria Chaves e Monte Barro, no Fogo, poderiam ser convertidos em sedes de cooperativas agrícolas, ou centros de assistência à população rural.

Em condições normais, o custo de restauro de um edifício não é superior ao da construção de um imóvel novo, especialmente nos países subdesenvolvidos onde a mão-de-obra artesanal é barata. Acrescentemos ainda o facto de, optando pela construção na periferia urbana,

III

Filme nº 13, pág.1

Prova A
Igreja de N. Sra. da Penha de França.

Altar de pedra vermelha. Igreja de N. Sra. da Penha de França.

Vista de conjunto da Ribeira Grande. Vista da Penha de França.

Prova B
Sobrado no prolongamento da Praça de N. Sra. do Rosário. Ribeira Grande.

Igreja de N. Sra. do Livramento. Vila de Maria Pia. Ponta do Sol. S. Antão.

Câmara Municipal de Vila de Maria Pia. Ponta do Sol.

Casa com messarda na Rua Direita.

Rua Direita da Vila de Maria Pia. Ponta do Sol. S. Antão.

Prova C
Conjunto da Rua Direita da Vila de Maria Pia. Ponta do Sol.

Sobrado à saída da Vila de Maria Pia.

Conjunto da Vila de Maria Pia, vendo-se a Câmara ao fundo.

Casas populares com telhados de canas.

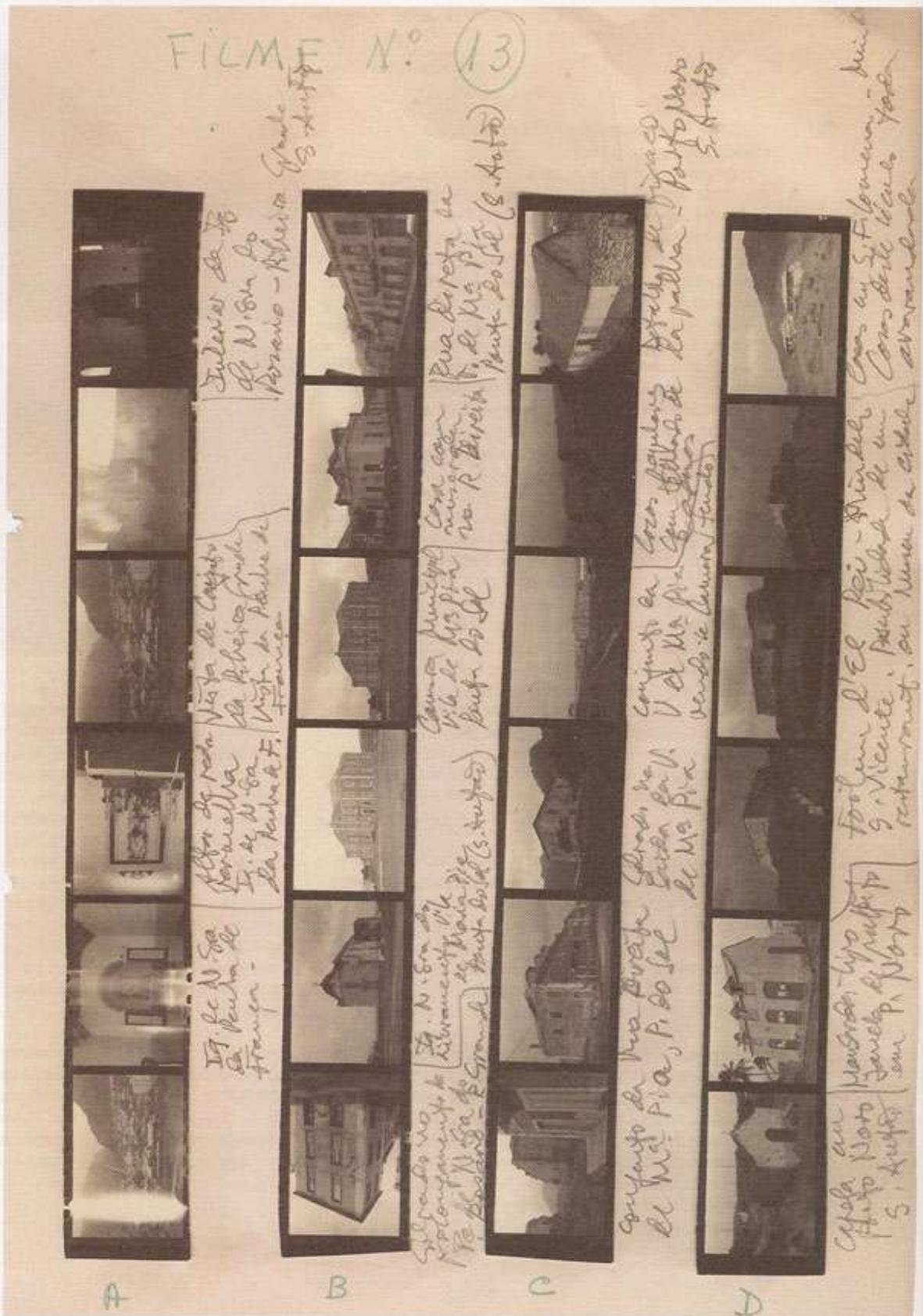
(?) de fixação da palha. Porto Novo. S. Antão.

Prova D
Capela em Porto Novo, S. Antão.

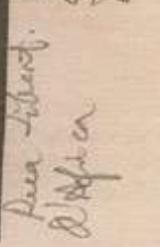
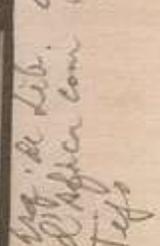
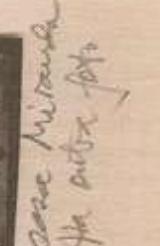
Massarda tipo janela de gólgota em Porto Novo.

Forté d'El Rei - Mindelo, S. Vicente.
Possibilidade de um restaurante ou museu da cidade.

Casas em S. Filomena. S. Vicente. Casas deste século todas avarandadas.



FILME Nº 13

					
<p>Arco em S. Filomena Mindelo - Hoje pertencem centros ao Exército</p>	<p>Ar. N. Sra da Luz - fundo municipal</p>	<p>Ar. N. Sra da Luz - fundo municipal</p>	<p>Fundo da Câmara Municipal Mindelo</p>	<p>Ar. de Lib. D. S. João</p>	<p>Casa na R. Moçambique Mindelo Nossa Senhora Guimarães</p>
					
<p>Foto repetida Esquina de Moçambique com Tr. da Praia</p>	<p>Rua Moçambique Fachada principal com Tr. da Praia</p>	<p>Rua Moçambique Fachada principal com Tr. da Praia</p>	<p>Fonte Pública</p>	<p>Casa Duarte Almeida Jr. e Filhos, Lda. Rua Jaime Mota</p>	<p>Casa com massa- balcão, Mindelo.</p>
					
<p>Rua Libert. D. S. João</p>	<p>Rua Libert. D. S. João</p>	<p>Rua Moçambique Fachada principal com Tr. da Praia</p>	<p>Rua Moçambique Fachada principal com Tr. da Praia</p>	<p>Casa com massa- balcão, Mindelo.</p>	<p>Casa com massa- balcão, Mindelo.</p>
					
<p>Rua Libert. D. S. João</p>	<p>Rua Libert. D. S. João</p>	<p>Rua Libert. D. S. João</p>	<p>Rua Libert. D. S. João</p>	<p>Rua Libert. D. S. João</p>	<p>Rua Libert. D. S. João</p>

Filme nº 13, pág. 2

Prova E
Casas em S. Filomena, Mindelo. Hoje pertencentes ao Exército.

Igreja de N. Sra. da Luz, Fundos, Mindelo.

Fundo da Câmara Municipal do Mindelo.

Esquina de Libertadores de África e R. S. João.

Casa na Rua de Moçambique, Mindelo. Massa geminada.

Prova F
Foto repetida. Esquina da Rua de Moçambique com a Travessa da Praia.

Rua de Moçambique. Fachada principal. Esquina com a Travessa da Praia.

Casa com massa-balcão, Mindelo.

Fonte pública.

Casa Duarte Almeida Jr. e Filhos, Lda, Rua Jaime Mota.

Prova G
Rua Libertadores de África.

Esquina da Rua Libertadores de África com Tejo.

Casa Miranda. Há outra foto.



Detalhe de máscara
e jarro de alfaceira.
(Paulo Ormindo, 1980).

III

o facto de, optando pela construção na periferia urbana, termos um custo adicional de urbanização do espaço.

Os princípios que orientam o restauro dos monumentos foram tema de várias reuniões internacionais. Apesar da sua elaboração ser datada de 1964, no *II Congrès International d'Architectes et Techniciens des Monuments Historiques*, a Carta de Veneza continua a ser a norma aceite universalmente em termos de conservação e restauro de monumentos (**). Este documento consagrou oficialmente o princípio de que só é possível preservar o património do passado integrando-o na sociedade contemporânea.

4.4. REVITALIZAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS.

À excepção da Cidade Velha, os centros históricos de Cabo Verde estão razoavelmente conservados e possuem uma certa vida urbana, não apresentando os sintomas de deterioração e de conflito social característicos de muitos centros históricos de grandes áreas metropolitanas dos países subdesenvolvidos e desenvolvidos. Esta situação poderá alterar-se nas próximas décadas, devido ao rápido crescimento de algumas cidades, acelerado pelo processo de modernização do país verificado depois da Independência.

A preservação do carácter, da escala humana e da qualidade de vida destes centros só poderá ser conseguida no quadro de uma planificação urbana e regional do país. As intervenções programadas para estes espaços deverão

visar em primeiro lugar a qualidade de vida dos habitantes e dos utilizadores, e a preservação dos valores históricos e culturais do passado. A manutenção da função *habitat* a par das funções administrativa, comercial e cultural é um factor importante para a preservação física e social dos sectores centrais das cidades.

As intervenções cirúrgicas urbanas, tais como o alargamento e a rectificação das ruas, devem ser evitadas, principalmente nos centros históricos. Estas intervenções destinadas a privilegiar o veículo individual mostraram-se completamente ineficazes na solução do transporte urbano.

Na elaboração dos planos directores dessas cidades, deverá ser dada uma atenção especial ao plano de massas que definirá as características volumétricas de todas as áreas susceptíveis de serem construídas, visando manter a harmonia entre o novo e o antigo. No centro histórico, as construções novas em terrenos vagos deverão evitar a cópia do antigo, respeitando sim a relação de volumes, de texturas e de cores do contexto no qual se inserem. Uma prática que deve ser imediatamente parada é a construção de edifícios com avançados para a rua, que alteram as relações volumétricas desta e criam problemas à arborização e às rede aéreas de serviços.

RIBEIRA GRANDE, CIDADE VELHA – O centro urbano mais antigo de Cabo Verde, com as suas muralhas e os seus fortes, está hoje em ruínas. Seja qual for a intervenção na Ribeira Grande, esta deverá ser precedida da elaboração de um projecto para todo o conjunto. A função deste projecto não é reconstruir a cidade antiga, mas resolver os seus conflitos actuais e orientar o seu crescimento futuro respeitando os vestígios históricos que restam. A remoção das casas modestas deverá limitar-se aos casos indispensáveis. Convém assinalar que ruínas monumentais que emergem, ora de um conjunto arquitectónico popular, outras vezes da densa vegetação tropical, constituem por si só um quadro pitoresco que merece ser preservado.

Paralelamente à sua função actual de porto de pescadores, poderia desenvolver-se uma actividade turística, criando assim uma ocupação para muitos dos seus ocupantes actuais. O seu duplo interesse histórico e paisagístico e a proximidade da capital dão à Ribeira Grande boas perspectivas de desenvolvimento turístico.

Bastará limpar e consolidar as ruínas. A localização dos equipamentos comunitários e turísticos deverá ser criteriosamente indicada no plano director. A única estrutura que está em condições de ser restaurada é a igreja do Convento de S. Francisco. A remoção dos escombros

Conjunto da Rua Direita de
Maná Pia, Ponta do Sol.
(Paulo Ormindó 1980).



das ruínas e eventuais prospecções deverão ser feitas sob orientação de um arqueólogo. Os objectos recuperados no decurso desta operação, bem como a cópia de documentos, mapas e fotografias da Cidade Velha poderão ser reunidos num *museu de sítio*, que pode ser instalado nesta mesma igreja. Para isso bastaria refazer o telhado, mantendo o edifício com o seu aspecto vetusto. As peças mais importantes, especialmente as esculturas existentes no chão da igreja, deverão também ser expostas nesse museu. Os outros fragmentos de colunas, de arcos, de cornijas, etc., poderão ficar onde se encontram agora agrupados, porém, segundo as suas formas originais.

SÃO FILIPE – São Filipe, a mais antiga cidade conservada de Cabo Verde, mantém-se bem e livre das grandes pressões demográficas como as que actuam sobre a Praia e o Mindelo. A municipalidade local preocupou-se em preservar as fachadas dos seus edifícios, permitindo apenas modificações internas. Apesar desta preocupação, nota-se uma tendência para a substituição dos balcões de madeira típicos da cidade por balcões de betão, tendência que deve ser corrigida. No entanto, conservar o espaço urbano não é suficiente. Há edifícios de uma importância excepcional que deverão ser preservados integralmente, como testemunhos de formas tradicionais de vida, e que estão em risco de desaparecer.

A ilha do Fogo apresenta um potencial turístico praticamente inexplorado. Além do vulcão e da vila de São Filipe, a ilha possui um folclore rico e atracções gastronómicas que incluem o vinho local, lagostas e outros frutos do mar. O crescimento do turismo, para além de empregos directos, poderá desenvolver o artesanato e assegurar o mercado para produtos horti-granjeiros e pescados, cuja produção é actualmente maior que a procura.

Sobrado no prolongamento
da Praça N. Sra. do Rosário,
Ribeira Grande.
(Paulo Ormindó 1980).



PLATEAU DA PRAIA – O centro histórico da Praia mantém ainda uma forte centralidade, mas há indícios de um fenómeno preocupante. Em 1970, 4050 habitantes viviam no "Plateau", número que baixou para 2725 em 1980 (Jeanneret et al., 1980). A diminuição da população fixa do sector central pode conduzir a uma perda de vitalidade da zona, especialmente à noite, prejudicando a segurança dos seus utentes, como acontece nas grandes metrópoles. Este fenómeno deve estar associado à expansão do sector terciário e à mudança de hábitos das classes média e alta que, com o uso do automóvel, preferem viver em lugares mais isolados. É necessário corrigir esta tendência através de uma legislação adequada de uso do solo e campanha de esclarecimento à população. Nos países desenvolvidos, nota-se já um movimento espontâneo de regresso ao centro das cidades.

Um plano director para a cidade da Praia está a ser elaborado actualmente por técnicos jugoslavos através de um programa de cooperação técnica entre os dois governos.

No desenvolvimento deste plano, é importante que o *plateau* seja considerado como uma área especial e que se respeitem as recomendações formuladas neste relatório. As características

III



especiais do centro histórico da Praia, implantada num "planalto", tornam particularmente fácil conciliar a preservação dessa área com o desenvolvimento de zonas de expansão, separadas por vales.

OUTROS CENTROS HISTÓRICOS – Mindelo, o grande porto do país, apresenta também um centro histórico interessante. A sua arquitectura, da segunda metade do século XIX e do princípio do actual, é diferente da de S. Filipe e da Praia, denotando uma influência mais cosmopolita. A nossa breve estadia nessa cidade não nos permitiu detectar todos os seus problemas actuais. Procurámos, contudo, delimitar o seu centro histórico e identificar os edifícios mais expressivos.

Fala-se de um projecto, anterior à Independência, de alargamento e de rectificação de algumas ruas do seu centro. Trata-se de uma operação de custo extremamente elevado, destinada a favorecer o automóvel e tendo como única consequência a descaracterização do seu centro.

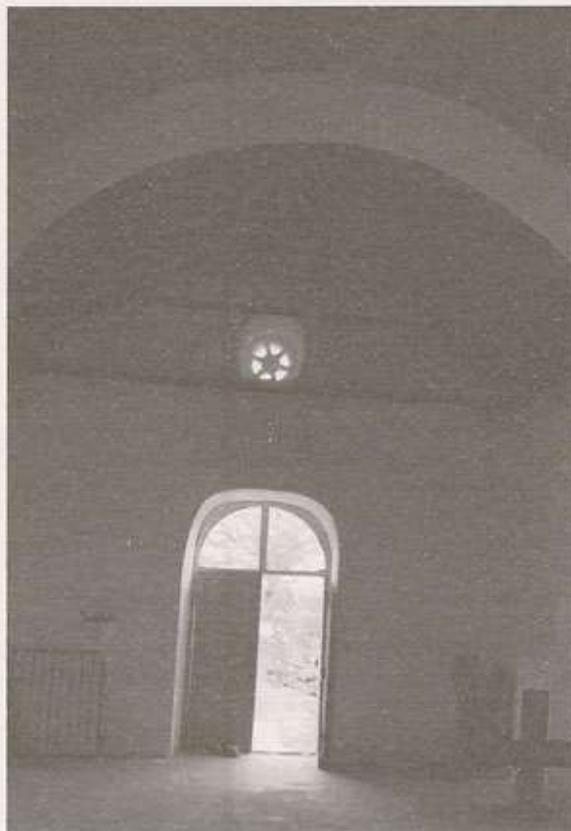
Na ilha de Santo Antão, identificámos alguns conjuntos arquitectónicos interessantes que merecem ser preservados como o da Rua Direita da vila Maria Pia, na Ponta do Sol, e o da Praça da Igreja de N. Sra. do Rosário, na Ribeira Grande. Esses dois centros apresentam uma arquitectura muito semelhante à do Mindelo. No último caso, não se pode propriamente falar de centro histórico, mas de conjunto arquitectónico.

4.5. PRESERVAÇÃO DOS BENS MÓVEIS.

O perigo maior que ameaça os bens mobiliários é o roubo, a comercialização e a exportação clandestina. O único meio eficaz de evitar estes males é a realização de um inventário exaustivo destes bens, ligando os seus proprietários à sua protecção.

Para que estes bens cumpram plenamente a sua função cultural e educativa, recomendamos que sejam reunidos em museus. Já se tinha pensado nisso em 1871, criando a Biblioteca/Museu da Praia (Amaral, 1964:232). A biblioteca sobreviveu, mas o museu não. Nas recomendações relativas à Cidade Velha, propusemos a criação de um *museu de sítio* (10) na igreja do Convento de S. Francisco, onde seria reunida toda a memória da Ribeira Grande, incluindo as imagens religiosas e os fragmentos de retábulos actualmente guardados no seminário da Praia, depois de serem convenientemente restaurados.

Capela de S. António na Ribeira de Belém.
Pedra tumular de 1849 -
Padre Gregório Freire de Andrade.
Ilha de Santiago.
(Paulo Ormindo, 1980)



Um outro museu que seria interessante organizar é o Museu do HOMEM CABOVERDIANO, neste museu de carácter etnográfico seriam reunidos os vestígios da evolução socio-cultural da nação.

4.6. SALVAGUARDA DA MEMÓRIA ESCRITA.

É urgente organizar um arquivo central que reúna e catalogue toda a documentação histórica existente no país. Esta documentação poderá ser enriquecida através de uma troca de microfímes com os arquivos portugueses, em particular, com o Arquivo Histórico Ultramarino. Em Portugal, encontra-se também uma importante documentação fotográfica sobre a Ribeira Grande, organizada pelos "Amigos da Cidade Velha" para uma exposição em 1960 (Figueiredo:1960). Com a transferência paulatina dos seus membros para Portugal, foi-se também essa colecção indispensável à compreensão da imagem da Cidade Velha.



Sé da Ribeira Grande:
(Paulo Ormino, 1960).

5. AGRADECIMENTOS.

Gostaríamos de exprimir os nossos agradecimentos às pessoas e instituições seguintes, sem as quais não poderíamos ter levado a cabo esta missão.

UNESCO/Paris – especialmente o Sr. Patrick Bulenzi, da Secção de Operações e Treino;

FNUD/Praia – particularmente a Sra. Ida Paquin e o Sr. René Tourigny, respectivamente Representante e Assessor desse órgão, em Cabo Verde.

GOVERNO DE CABO VERDE – nas pessoas do Prof. João Querino Spencer, Secretário-geral de Educação do MEC e os Srs. Nelson Atanazio Ferreira Santos e Rolando Lima Barber, Delegados do Governo, respectivamente, na Praia e no Fogo.

O Sr. Félix Monteiro, que nos forneceu informações preciosas e nos acompanhou em muitas visitas aos monumentos da ilha de Santiago.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Ilídio do (1964)
Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens.
Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

BARCELOS, Christiano José de Senna (1899-1913)
Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné.
Lisboa: Imprensa Nacional.

BRÁSIO, Pe. António (1960) - ?

CARREIRA, António (1977)
Migrações nas Ilhas de Cabo Verde.
Lisboa: Universidade Nova.

CARREIRA, António (1968)
Panaria Caboverdiana-Guineense. Porto.

_____ (1973)
A Urzeda e o pano de vestir, dois produtos de exportação das ilhas de Cabo Verde.
Praia: Revista C.E.C.V.

_____ (1977)
Cabo Verde: classes sociais, estrutura familiar, migrações.
Lisboa: José Fortunato

FIGUEIREDO (1960) - ?

JEANNERET, Christian et alt. (1980)
Habitat spontané, Praia: les îles du Cap Vert.
Praia: (s.n.)

PONTUAL, Roberto (1969)
Dicionário das artes plásticas no Brasil.
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

RIBEIRO, Orlando (1954)
A ilha do Fogo e as suas erupções.
Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

SILVA (1898) - ?

SOUZA, Teixeira de (1958)
Cabo Verde e a sua gente.
Praia: Ed. Propaganda

VALDEZ, Francisco Travassos (1864)
Africa Occidental : notícias e considerações dedicadas a Sua Magestade Fidelíssima El-Rei o Senhor Dom Luiz I.
Lisboa: Imprensa Nacional. 10

Notas

(1) N.T. em latim, no original. (2) - (10) N.T. em português no original. (***) Carta de Veneza

(**) Legislação estrangeira para a preservação

(**) Inventário de Protecção do Acervo Cultural (Brasil)